

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Vão-se os dedos, fica a Aneel	2
Título: Petrobras limita investimentos em renováveis à área de pesquisa	4
Título: Distribuidoras têm encargo 10% maior que mercado livre	7
Título: Newcom fatura R\$ 360 milhões em primeiro ano.....	8
Título: Mineradoras enfrentam dificuldades para fechar seguros	9
Título: Curta.....	11
Título: ITF pode arrecadar até R\$ 150 bi por ano	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Após lama, Brumadinho registra alta de suicídio e prescrição de remédios.....	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Energia	21
Título: Garimpeiros cobram proteção de Bolsonaro	22
VEÍCULO: O Globo.....	23
Título: Atenção: faltam só 71 dias.....	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/09/2019****Seção: Opinião****Autor: David Kupfer****Título: Vão-se os dedos, fica a Aneel**

Está aberta até 13 de setembro a Consulta Pública 017/2019 da ANEEL (<http://www.aneel.gov.br/consultas-publicas>) que tem por finalidade "obter subsídios para incorporar novos instrumentos de incentivo à inovação no setor elétrico e outras medidas, visando o avanço dos resultados do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D)" que é regulado pela agência. O PROP&D foi criado pela Aneel em decorrência da Lei nº 9.991/2000, que instituiu para as empresas do setor elétrico a obrigação de investir um percentual de suas receitas em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D&I). Desse montante, 40% poderiam ser aplicados em projetos de escolha das próprias empresas, de acordo com os regulamentos estabelecidos pela Aneel que, para tal fim, formatou o PROP&D.

O diagnóstico de base apresentado na Consulta Pública é claro. Segundo a Nota Técnica 227/2019-SPE/Aneel, a despeito do visível crescimento dos investimentos em PD&I realizados pelo Programa, atualmente na casa de R\$ 500 milhões anuais, não houve avanço significativo ao longo da cadeia da inovação: menos de 1% dos projetos resultaram em produtos comercializáveis que indiquem geração de valor ou de externalidades positivas nas empresas elétricas, na economia e na sociedade.

No âmbito do PROP&D são muitos os fatores que atualmente inibem a obtenção de resultados inovativos mais concretos e palpáveis, mas não é possível sequer enumerá-los todos no espaço dessa coluna. Para ficar apenas no principal deles, enfatiza-se o fato de o PROP&D apresentar importantes problemas em sua concepção.

As estatais estão premidas por ajustes que não contemplam investimentos incertos como são os de P&D

O desenho do programa não considera o fato inquestionável de que as empresas do setor elétrico brasileiro não têm DNA inovador. Dentre outras razões, isso é assim porque o modelo organizacional da geração, transmissão e distribuição adotado no Brasil há pelo menos duas décadas visa assegurar a quantidade ofertada, mas não tem foco e prioridade na eficiência econômica desse fornecimento.

Dada a ausência de protagonismo das empresas elétricas, com o passar dos anos, o PROP&D evoluiu na direção de enfatizar o fomento à formação de redes de pesquisa como um de seus pilares. Não há nada a opor a essa tendência até porque a organização e operação de projetos em redes de inovação é uma das formas contemporâneas dominantes nos ecossistemas de inovação e, sem dúvida, deve ser fomentada.

No entanto, os atores das redes são inumeráveis em abstrato e a sua identificação depende da organização do projeto específico de inovação. Mesmo assim, embora não haja um modelo único de estruturação, organização e operação dessas redes, todas elas são formadas pelos nós e ligações. Portanto, é necessário entender os diferentes papéis a serem desempenhadas pelos nós (capacitações) para que se fomenta o estabelecimento de ligações (competências tecnológicas) necessárias. Esse é o principal desafio a ser enfrentado.

Enfatizando o ponto central, cabe ao PROP&D reconhecer, primeiro, que a instituição de pesquisa, pública ou privada, acadêmica ou não, é o nó central do ecossistema de inovação. O programa atual da Aneel comete um erro crasso de desenho, pois apoia os pesquisadores em rede, mas não apoia as instituições de pesquisa que dão suporte a esses pesquisadores. O grupo ou a rede de pesquisa, que é uma associação de pesquisadores, não pode ser confundido com a instituição de pesquisa.

Em outras palavras, o locus de acumulação das capacitações tecnológicas é a instituição de pesquisa, não o grupo de pesquisadores. O modelo de financiamento do PROP&D não pode se limitar a apoiar ligações (projetos) e descuidar dos nós (instituições).

Isso é ainda mais verdadeiro no setor elétrico brasileiro. A infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação é hoje incipiente para muitos temas relevantes, particularmente os mais novos. Isso ocorre porque as empresas privadas pouco ou nada investem em capacitação enquanto as empresas estatais estão premidas por ajustes e reestruturações que não contemplam investimentos incertos e de longo prazo como são, inevitavelmente, os gastos em P&D.

Por sua vez, o PROP&D, que é um dos poucos instrumentos disponíveis com escala e estabilidade de recursos capazes de enfrentar essa lacuna de infraestrutura de inovação, não tem uma preocupação clara em desenvolvê-la. Preocupa-se em gerar fluxo de pesquisa, o que alcança, sem dúvida, haja vista o montante crescente de investimentos, mas não em acumular capacitações e desenvolver competências. Na configuração atual do ecossistema e inovação do setor elétrico brasileiro, apoiar exclusivamente o pesquisador é um caminho

fatal para a dispersão de recursos sem que retornos substantivos de maior tempo de maturação possam ser alcançados.

Concordando ou não com os argumentos aqui apresentados, espera-se que esse texto motive interessados no aperfeiçoamento dos mecanismos de fomento à inovação no Brasil a registrarem seus comentários, críticas e sugestões na Consulta Pública 017/2019 da ANEEL. O meritório esforço de revisão do PROP&D será realmente bem-sucedido se a Consulta Pública for além de buscar captar sugestões de mudanças incrementais. Há elementos suficientes a sugerir que o PROP&D requer uma reformulação radical.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ, coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ) e Pesquisador Emérito do CNPq, 2019. Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras limita investimentos em renováveis à área de pesquisa

A Petrobras, sob o comando de Roberto Castello Branco, planeja investir em fontes renováveis de energia apenas em caráter de pesquisa. Concentrada em reduzir sua alavancagem financeira, a companhia não vislumbra investimentos em projetos de fontes limpas do ponto de vista comercial. A estratégia da estatal vai na contramão de outras gigantes petroleiras, principalmente europeias, que visam diversificar seu portfólio, em busca de uma matriz mais limpa, reduzindo sua pegada de carbono.

Enquanto a norueguesa Equinor, a francesa Total, a anglo-holandesa Shell e a britânica BP já encaram há algum tempo a energia limpa como um modelo de negócio, a Petrobras entende que investir em renováveis atualmente gera benefícios de marketing, porém sem retorno financeiro adequado.

"Estamos investindo em pesquisa apenas. Não vamos investir em operações que requerem competências diferentes do negócio de petróleo e gás. Primeiro, se formos entrar nesse jogo, nós temos que entrar para ganhar. E não entrar açodadamente só porque os outros estão fazendo. É proibido perder dinheiro" afirmou Castello Branco, durante a última coletiva de resultado trimestral da empresa, em agosto.

"Existe muito marketing e na realidade poucas ações de fato. Tem gente que anuncia que é comprometido com energias melhores. Se nós formos ver, as companhias europeias, que são as principais com foco no negócio de energias

renováveis, a projeção da participação das energias renováveis em suas receitas em 2030, daqui a 11 anos é de 1%. No máximo, é 1,5%. Então, na prática, não é tudo isso", completou o executivo.

Em um ponto, o presidente da Petrobras tem razão: a participação das renováveis ainda é residual no faturamento das petroleiras globais. O avanço relativamente pequeno das "majors" para uma indústria mais renovável já está sendo punido pelo mercado.

Na última semana, o fundo MP Pension, da Dinamarca, anunciou que venderá suas participações acionárias em dez grandes petroleiras, entre elas a Petrobras. A alienação, no valor total de € 86 milhões, é baseada na avaliação do fundo dedicado à aposentadoria de professores e pesquisadores do país escandinavo de que os modelos de negócio de longo prazo dessas companhias são incompatíveis com as metas do Acordo de Paris. O documento estabelece o compromisso de manter o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima desses níveis.

Além da Petrobras, Shell, Total, BP e Equinor, o MP Pension retirou de sua carteira ações das norte-americanas ExxonMobil e Chevron, das chinesas PetroChina e Sinopec e da russa Rosneft

O fundo dinamarquês, porém, fez uma avaliação dos planos de transição energética das principais petroleiras e concluiu que quatro delas (BP, Shell, Total e Equinor) estão adotando medidas para fazer a transição para uma economia de baixo carbono. A Petrobras ficou no outro grupo de empresas, que, segundo o MP Pension, possuem iniciativas muito limitadas ou inexistentes para fazer essa transição.

Tudo indica que a Petrobras permanecerá nesse grupo por um bom tempo. "Neste momento, a companhia está voltada para reduzir seu nível de desalavancagem, por meio de uma gestão ativa de portfólio [desinvestimentos] a fim de focar nos ativos da Petrobras que geram maior valor", disse a estatal, ao **Valor**. "A atuação em renováveis no curto prazo se dará em descarbonização, projetos de P&D [pesquisa e desenvolvimento] e oportunidades que não impactem o plano de desalavancagem."

A postura da Petrobras diverge da estratégia de suas concorrentes.

A Equinor, por exemplo, inaugurou no fim de 2018 seu primeiro projeto de geração solar no mundo, em Quixeré, no Ceará, com 162 megawatts (MW) de capacidade. O parque foi feito em parceria com a Scatec Solar, da qual a própria Equinor adquiriu fatia de 10%.

A meta da norueguesa é que, até 2030, cerca de 15% a 20% do investimento global anual do grupo sejam destinados a fontes renováveis de energia. Referência entre as petroleiras no segmento de geração eólica offshore (marítimo), a Equinor já investiu em projetos de fontes renováveis que somam 1,3 gigawatts (GW).

A Total, por sua vez, está bem posicionada no setor de energia solar. Com cerca de 55% de participação, a companhia é acionista majoritária da SunPower, fabricante americana de células e painéis fotovoltaicos. A empresa também possui ativos de geração de energias renováveis por meio de suas subsidiárias Quadran, Total Eren e Total Solar.

A estratégia da Total é ser um importante "player" no mercado de energia elétrica, devido ao crescimento esperado para a demanda por eletricidade no mundo nas próximas décadas. Para atender esse plano, a gigante francesa pretende investir entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões por ano na área de energia, incluindo termoeletricidade a gás natural. A meta da empresa é alcançar 10 GW de projetos de baixa emissão de gás carbônico até 2023, incluindo essas térmicas.

Já a Shell definiu como meta reduzir sua pegada de carbono para 2021 em 2% a 3% em relação ao dado de 2016. A remuneração dos executivos do grupo está vinculada à meta. No longo prazo, a companhia pretende reduzir a pegada de carbono em cerca de 20%, até 2035, e em cerca de 50%, até 2050.

Na linha da redução das emissões, a BP diminuiu em 3,4% as emissões de gás carbônico em suas operações em 2018, ante o ano anterior. Nas renováveis, o foco da britânica são biocombustíveis, bioenergia, eólica e solar. A empresa possui 43% de participação na Lightsource BP, do setor de energia solar, que planeja investir US\$ 200 milhões nos próximos três anos.

No segmento de etanol de cana-de-açúcar, o grupo possui três plantas no Brasil que produziram 765 milhões de litros em 2018.

Ao **Valor**, a Petrobras informou que, desde 2006, investiu mais de US\$ 115 milhões em programas tecnológicos visando as melhores práticas de gestão de gás carbônico. Como resultado, desde 2008, já foram reinjetados 9,8 milhões de toneladas de CO₂ dos campos de pré-sal na Bacia de Santos.

Ela também disse ter evitado a emissão de mais de 120 milhões de toneladas de CO₂, entre 2009-2018, o equivalente a dois anos de emissões totais da petroleira. E acrescentou que está desenvolvendo projetos de P&D em baixo carbono que movimentam cerca de US\$ 350 milhões no horizonte do plano de negócios 2019-2023.

A Petrobras tem um parque gerador de energia de 6,4 GW, equivalente a 3% de toda a demanda do país. Desse total, somente 1% é composto por fontes renováveis. O restante é preenchido por térmicas a gás e óleo combustível.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Distribuidoras têm encargo 10% maior que mercado livre

Os custos com encargos no mercado cativo de energia elétrica, onde atuam as distribuidoras, estão cerca de 10% acima daqueles suportados pelo mercado livre, em que participam comercializadoras, geradoras e consumidores de médio e grande porte. Os cálculos são da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

A entidade defende que o governo equacione a distorção desse ônus antes de ampliar a abertura do mercado de energia elétrica do país. Os cálculos e o pleito fazem parte da contribuição que a Abradee fez ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, no âmbito da consulta pública aberta para discutir a ampliação do mercado livre do país e cujo prazo para envio de sugestões terminou na sexta-feira.

"É preciso haver ajustes antes de uma abertura maior do mercado livre. O cronograma [de abertura] deve passar por essa adequação", disse o presidente da Abradee, Marcos Madureira, ao **Valor**. Segundo ele, essas distorções criam uma atratividade artificial para a migração de consumidores do mercado cativo para o livre.

Pelas contas da Abradee, o mercado cativo chegou a ser onerado em 25% a mais que livre até 2018. Essa distorção recuou para algo entre 10% e 11%, depois que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negociaram a quitação antecipada do empréstimo de R\$ 21 bilhões com bancos para socorrer as distribuidoras na crise hídrica de 2014.

As distorções atuais, explicou Madureira, se devem a custos relativos a acionamento de termelétricas, geração nuclear e repasse de energia de Itaipu, arcados apenas pelas distribuidoras. Esses custos são repassados aos consumidores cativos, por meio das tarifas.

Pela legislação do setor, todos os médios e grandes consumidores com demanda superior a 2,5 megawatts (MW) podem contratar energia de qualquer fornecedor no mercado livre. Pequenos e médios consumidores, com demanda entre 0,5 e 2,5 MW, chamados de "consumidores especiais", podem contratar livremente sua energia, desde que seja fornecida por fontes "incentivadas" (eólica, solar, biomassa e pequena central hidrelétrica).

Pela proposta do MME colocada em consulta pública, o limite de migração de consumidores totalmente livres (que podem comprar energia de qualquer fonte), passará para 1,5 MW a partir de janeiro de 2021. A partir de julho de 2021, o limite cairá novamente, para 1 MW. E, em janeiro de 2022, para 0,5 MW.

Além disso, pela proposta, até o fim de janeiro de 2022, deverão ser feitos estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para consumidores com carga inferior a 0,5 MW. A ideia é que o cronograma de abertura total do mercado de energia elétrica (incluindo consumidores residenciais) tenha início em janeiro de 2024.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Newcom fatura R\$ 360 milhões em primeiro ano

A Newcom, comercializadora da Comerc Energia focada em operações de compra e venda de energia, completou um ano de atuação com a marca de 400 megawatts (MW) médios negociados e R\$ 360 milhões de faturamento. Segundo o presidente da companhia, Daniel Marrocos, a expectativa é que a receita chegue a R\$ 700 milhões em 2019, considerando as operações já desenhadas para até o fim do ano.

"Dentro das operações feitas, conseguimos uma rentabilidade que ultrapassa 25%. Temos conseguido alcançar mais do que a gente imaginava", disse Marrocos, que antes da Newcom era presidente da comercializadora de energia do grupo CPFL.

Nesse primeiro ano de atuação, o maior objetivo da companhia foi consolidar sua marca no mercado de comercialização de energia, que têm cada vez mais agentes de olho na evolução do setor. "Nosso foco é nas operações de 'trading' de fato, com tomadas de posição direcionais de longo e curto prazo, sempre olhando a volatilidade de preço", disse Marrocos.

A política de risco da Newcom também é independente da aplicada pela Comerc. Isso não significa que a empresa esteja exposta a riscos. No início do ano, quando algumas comercializadoras tiveram problemas em honrar suas obrigações e acabaram dando calotes no mercado, a Newcom sofreu impactos "desprezíveis", nas palavras de Marrocos. "Fazemos a avaliação de cada contraparte, olhamos dados financeiros e fazemos análise qualitativa. Temos um comitê de crédito que define limites para operação", disse o executivo.

Depois desse início de ano conturbado, a Newcom adotou uma postura mais conservadora, ao mesmo tempo em que a liquidez do mercado foi drasticamente reduzida. "Reduzimos nossas operações para nos adequarmos ao risco. Talvez isso tenha tirado alguma oportunidade de negócio. Mas, por outro lado, não ficamos nenhuma noite em claro", brincou Marrocos, se referindo ao risco de novos calotes. Passado um certo tempo, o mercado se recuperou. Segundo o executivo, hoje, o giro ainda é inferior ao que era antes, "mas é mais saudável."

Com a companhia estabelecida no mercado, o objetivo agora é melhorar a rentabilidade do negócio. "Estamos com uma operação mais sólida. Queremos fazer mais negócios, que sejam cada vez mais rentáveis", disse.

As mudanças em curso no mercado livre de energia reforçam essa expectativa. O executivo citou, por exemplo, a possibilidade de negociação de contratos financeiros de energia. "É possível que a gente desenhe uma estrutura de fundo para operar contratos financeiros", disse, lembrando que a regulação deles não será mais feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e sim pelo Banco Central.

A perspectiva de abertura do mercado livre para um número maior de consumidores também abre vias de crescimento para a Newcom. Marrocos citou, por exemplo, a possibilidade de investirem em ativos de geração em pequena escala. A mudança na formação de preço de energia também é esperada. "O PLD horário impacta menos o trading, mas afeta o consumidor final, que vai querer novos produtos para prever o risco associado", disse. Estamos atentos às mudanças para trazer soluções e agregar valor", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Mineradoras enfrentam dificuldades para fechar seguros

O desastre do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG) no início do ano, não mudou somente as regras para a exploração mineral no Brasil, o mercado de seguros ficou mais restrito para as mineradoras brasileiras. Apólices de barragens, por exemplo, estão quase inexistentes. Nenhuma seguradora ou resseguradora quer assumir o risco caso ocorra mais um rompimento da estrutura.

"O que está ocorrendo também são contratos 'pró-forma', em que a seguradora faz seguro, mas quem assume todo o risco é a mineradora. Mas, isso acontece somente quando há necessidade de se comprovar a contratação do seguro para, por exemplo, conseguir licença de operação", disse Ricardo Géó, sócio-fundador da Deal Seguros. A corretora é especializada em apólices para o mercado corporativo e o setor de mineração representa de 30% a 35% do volume de prêmio emitido pela companhia. "Seguramos não apenas as mineradoras em si, mas todos os fornecedores de serviços, como por exemplo, os equipamentos usados nas minas", disse.

Géó acrescentou que o preço, inclusive, deu um salto depois do desastre da Vale em Brumadinho. Um exemplo foi a renovação de uma apólice de um cliente que detém uma frota de equipamentos avaliada em R\$ 100 milhões. O prêmio anterior foi de R\$ 800 mil. Na renovação, esse valor saltou para R\$ 2,3 milhões.

"Esse aumento no valor da apólice acontece para toda atividade ligada à mineração e não é somente para empresas como Vale ou Samarco, que já tiveram rompimentos de barragens, é para as pequenas mineradoras e fornecedores que buscam seguros. A restrição é pela atividade", disse o executivo.

Quando a barragem da Mina de Fundão da Samarco se rompeu em novembro de 2015, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), os seguros para a atividade também se valorizaram. "Na época, apólice para barragem de rejeito não era feita. Mas, o mercado se acomodou e voltaram as negociações para seguros para riscos de engenharia em obras de alteamento, por exemplo", disse Rodrigo Kihara, diretor executivo da Deal.

Segundo ele, ninguém imaginava que poderia acontecer outro rompimento de barragem e com proporções tão maiores. "Agora, as seguradoras e resseguradoras estão mais cautelosas ao assumir riscos na mineração. Ou é um valor muito alto ou não se faz seguro."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/09/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curta**

Exxon deixa Mar do Norte

A ExxonMobil negocia com exclusividade a venda de seus ativos restantes de petróleo e gás na Noruega para a Vår Energi, tornando-se a mais nova grande petrolífera americana a indicar um recuo no Mar do Norte para priorizar os campos de xisto nos Estados Unidos. A empresa americana informou que não chegou a um acordo final, mas que passou a negociar exclusivamente com a Vår Energi, um empreendimento conjunto entre a petrolífera italiana Eni e a HitecVision, um grupo de investimento em participações especializado no Mar do Norte. Se o negócio for concretizado, a produção da Vår Energi quase dobraria e a empresa se tornaria uma das maiores produtoras no Mar do Norte. Os ativos da ExxonMobil produzem cerca de 170 mil barris de petróleo equivalente (BPE) por dia, praticamente o mesmo que a joint venture, cuja sede fica na Noruega. Os atuais ativos da Vår Energi pertenciam à ExxonMobil e passaram ao controle da HitecVision em 2017, quando a Point Resources, uma firma de seu portfólio, comprou campos da petrolífera americana na Noruega. Posteriormente, a Eni Norge, a unidade norueguesa da Eni, fundiu-se com a Point Resources em julho, em operação que criou a Vår Energi.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Claudia Safatle | De Brasília****Título: ITF pode arrecadar até R\$ 150 bi por ano**

Na continuação da entrevista ao **Valor**, o ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que, a depender da alíquota, o Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) pode arrecadar até R\$ 150 bilhões por ano. "[O ITF] é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos", afirma Guedes, numa referência ao tempo de vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele pretende criar o ITF para desonerar a contribuição sobre a folha de pagamentos. A seguir, a parte final da entrevista.

Valor: *Bolsonaro pensou em flexibilizar o teto, não foi?*

Paulo Guedes: O que o presidente disse foi que essa é uma questão matemática. Temos o teto e o piso e, a cada cinco minutos da nossa conversa aqui, o piso sobe 20 centímetros. É o que está acontecendo com o governo. Em 2015 tínhamos cerca de R\$ 200 bilhões destinados às despesas discricionárias. Aí fomos para R\$ 150 bilhões, depois R\$ 130 bilhões e hoje temos R\$ 100 bilhões. No ano que vem serão apenas R\$ 89 bilhões e em dois anos teremos apenas R\$ 50 bilhões para as despesas discricionárias. Aí acabou o governo. Isso é uma insensatez.

Valor: *Qual a solução?*

Guedes: Estamos mexendo em tudo ao mesmo tempo. É uma transformação sistêmica. Primeiro fizemos a reforma da Previdência, agora teremos a PEC [proposta de emenda à Constituição] do pacto federativo. Na campanha eu disse que primeiro seria a Previdência e a segunda despesa que atacariamos seria a do pagamento de juros da dívida. Vamos desinvestir e desmobilizar ativos públicos [para abater dívida].

Valor: *Mas desvincular e desindexar rende quanto?*

Guedes: Se desindexarmos o orçamento no ano que vem abre R\$ 36 bilhões de espaço para as despesas discricionárias.

Valor: *O presidente apoia integralmente a privatização?*

Guedes: O presidente está conosco na privatização. Todos os dias ele cobra: "Poxa Salim, tem que vender uma por semana! Está demorando muito!", diz ele ao Salim Mattar, secretário de Desestatização e Desinvestimento.

Valor: *Concretamente, qual é a proposta que vai mover o governo de agora em diante?*

Guedes: Vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos. E eu quero privatizar todas as empresas estatais. Essa é a proposta. A decisão final é do Congresso. A minha obrigação é fazer o diagnóstico e entregar a prescrição. O Congresso vai decidir. Em qualquer país do mundo, os orçamentos públicos pertencem à classe política. No Brasil é o contrário, a classe política fica só com um pedacinho e fica atrás dos ministros pedindo dinheiro. Essa é uma total inversão de valores. O dinheiro está todo carimbado. Quem faz política social no Brasil, hoje, é um software.

Valor: *Há muito recurso empoçado?*

Guedes: No ano passado R\$ 26 bilhões ficaram empoçados. O prefeito precisava de dinheiro para a saúde, mas ele estava carimbado para educação. Outro queria investir na educação, mas o dinheiro estava bloqueado para a saúde.

Valor: *O ex-ministro Delfim Netto sugeriu um "fast track" para acelerar as privatizações. Ele diz que não é possível um parecer do Ibama demorar seis meses para ser concluído. O sr. concorda?*

Guedes: Perfeito o ministro Delfim Netto! Nós precisamos de um "fast track". Sabíamos que no primeiro ano iríamos tomar pé da situação. E chegamos à mesma conclusão que ele. Temos que criar o PAP - Programa de Aceleração das Privatizações.

Valor: *O que teria nesse PAP?*

Guedes: Ao invés de levarmos as empresas privatizáveis uma a uma ao TCU, vamos pegar a lista de estatais e levar ao presidente da República. Aprovadas as que ele quer privatizar, enviaremos ao TCU e encaminharemos um projeto de lei ao Congresso para incluir a lista aprovada no programa de desestatização. Temos daqui para o fim do ano para pensar em coisas muito grandes.

Valor: *Como assim?*

Guedes: Vendendo uma estatal, estamos desaparelhando politicamente as empresas e limpando o caminho para o que chamamos tecnicamente de "crowding in". O Brasil fez o "crowding out". Nos últimos 30 anos o país expulsou o investimento privado.

Valor: *Expulsou como?*

Guedes: O Brasil, endividado e com os juros muito altos, expulsou o capital privado. E o país colapsou. São duas lâminas cortando o investimento brasileiro: de um lado, as despesas obrigatórias subindo inviabilizaram o investimento público. Do outro, os juros muito altos expulsaram o investidor privado. Agora, o que vamos fazer é privatizar, reduzir dívida, derrubar os juros e desobstruir o investimento privado.

Valor: *Gostaria de voltar ao pacto federativo...*

Guedes: O pacto federativo é a transformação do Estado brasileiro. A própria reforma tributária é uma dimensão desse programa maior. A reforma administrativa do Estado, a revisão da carreira pública, é uma parte do pacto. Vamos redesenhar a estrutura do governo central, que está hipertrofiado, com excesso de funcionários, com salário médio e aposentadorias muito acima do nosso mercado de trabalho. O funcionalismo pode ter até níveis mais elevados

de remuneração para os cargos mais altos mas, ao mesmo tempo, 40% vão se aposentar nos próximos cinco anos e temos que informatizar, digitalizar tudo isso.

Valor: *Não serão repostos e as suas funções serão digitalizadas?*

Guedes: Isso. Por exemplo: o INSS tinha 96 serviços prestados fisicamente. Agora 90 já são digitalmente. Em 10 minutos você faz o registro da prova de vida. As pessoas conseguem agora fazer em duas horas o que antes levava seis meses. Para abrir uma empresa também levava sete a oito meses, tinha que passar em oito órgãos públicos, tirar alvará, pedir licença na junta comercial, comunicar a Receita, ir ao Corpo de Bombeiros. Agora é o contrário, você abre a empresa em dois dias, gera emprego. Depois você comunica a um órgão público e eles se comunicam através de circuito digital.

Valor: *O pacto vai atacar as competências concorrentes entre a União, os Estados e os municípios?*

Guedes: Vamos mandar recursos e atribuições para Estados e municípios, descentralizar atribuições, redefinir cargos públicos e as carreiras do governo central e acelerar o "fast track" das privatizações. A noção de pacto federativo que nós temos é de redesenho e reforma do Estado brasileiro. Claro que o que vamos mandar para o Senado é tudo aos pedaços, vai a reforma tributária de um lado, vai o "fast track" de privatizações de outro lado. Agora o coração do pacto federativo tem essas três dimensões que estamos enfatizando, são três "D": Desobrigar, desindexar e desvincular as despesas dos três entes federativos. O que inclui desbloquear os fundos [setoriais]. A moldura de tudo isso é o nosso programa "Caminho para a Prosperidade".

Valor: *Há um programa escrito?*

Guedes: Acreditamos que dois algoritmos são a base da prosperidade da sociedade ocidental: a democracia e os mercados. Ambos são semelhantes. Democracia é um sistema de decisão política onde os poderes são limitados e descentralizados. A economia de mercado é um sistema de decisão econômica descentralizado. Ao invés de ter uma empresa de petróleo, por exemplo, teremos várias.

Valor: Como o sr imagina a redistribuição de poder entre a federação?

Guedes: O cálculo das nossas reservas só do pré-sal está bem acima de US\$ 500 bilhões. Naturalmente isso vai ser de quem explorar, mas vai ter royalties, cessão onerosa, impostos, muita coisa que vem por aí. A cessão onerosa estava parada há 4, 5 anos, os investimentos estão parados. No momento que desobstruirmos isso, vai começar a jorrar petróleo e esses recursos vão começar

a surgir. Ao mesmo tempo vão vir os investimentos em infraestrutura, vai vir um choque de energia barata, vamos derrubar o preço do gás em torno de 30% a 40% nos próximos dois anos, então vem muita coisa boa pela frente.

Valor: *E a repartição desses recursos, como será?*

Guedes: O que queremos é que haja uma redistribuição gradual do aumento da arrecadação. Então fizemos toda uma escala e, na cessão onerosa, estamos com quase 70% para o governo federal e 30% para Estados e municípios. No ano que vem serão 34% para Estados e municípios, no ano seguinte 38%, no outro ano 42%, até chegar a 70% e ficar 30% para o governo federal. Mas isso é no tempo. A União vai ter que emagrecer "devagarinho". E os Estados e municípios vão receber parcela crescente desses recursos.

Valor: *O sr parece bem animado com as perspectivas futuras desse programa.*

Guedes: Estamos muito confiantes nisso. Tem muita crítica ao governo, mas, cá para nós, em 8 meses fizemos muitas coisas que não foram feitas nos últimos 8, 10, 20 anos. Não adianta falar "Ah! mas o Michel Temer encaminhou a reforma da Previdência", o fato é que ela não saiu. Ele teve dois anos e não fez, tivemos oito meses e fizemos. "Ah! mas o Michel Temer já estava negociando o acordo do Mercosul", mas não fechou. Os governos estavam negociando há oito anos e nós fechamos em dois meses. O fato é o seguinte: não fizeram, nós fizemos. Porque a orientação é abrir. Por isso nós juntamos o antigo Ministério de Indústria e Comércio com a Fazenda, porque Indústria e Comércio era um lobby que impedia a abertura da economia brasileira e acabamos com ele, que virou a Secretaria Especial da Produtividade e da Competitividade. E conseguimos graças ao apoio do presidente. Porque teve um lobby fortíssimo, primeiro para não fazer a fusão e, depois, para criar o Ministério da Produção.

Valor: *Qual a sua concepção para o BNDES?*

Guedes: O BNDE foi pedalado, alavancado para porto em Cuba, aeroporto na Venezuela, obras na Costa Rica, em Angola. Ele tem que operar nas prioridades brasileiras, que não são alavancar meia dúzia de grandes empresas. O nosso BNDE tem que apoiar nosso programa de privatizações, nosso BNDE tem que apoiar o programa de saneamento de Estados e municípios, tem que ajudar a reestruturação financeira dos Estados e municípios, ajudando as privatizações também no nível estadual. Por isso estamos com a medida provisória do saneamento na linha. Da mesma forma que não tinha telefone [celular] antes e hoje todo mundo tem 2, 3 celulares, isso tem que ser feito com o saneamento. E estamos tendo muita ajuda do Congresso. Está na reta final, pronto para ser aprovado [o projeto de lei do saneamento] e isso vai causar um avanço extraordinário. Se você perguntar hoje onde está a maior causa de mortalidade

no Brasil, das diferenças regionais, de expectativa de vida, por que no Nordeste a expectativa de vida é mais baixa que no Sul e Sudeste? Por conta da mortalidade infantil.

Valor: *Por carência de saneamento básico?*

Guedes: Sim. Depois que você chega a 60 anos a expectativa de vida dobra, o sujeito no Nordeste vive 73 anos e o sujeito no Sudeste vive 73 anos e 3 meses. O problema é sobreviver até lá porque a ausência de saneamento causa mortalidade infantil.

Valor: *O sr falava sobre o novo BNDES. Aliás, porque o sr. fala BNDE? Retirou da sigla o S de social?*

Guedes: Tenho que reconfigurá-lo para ser o BNDES com o "S" de saneamento e não das empresas campeãs nacionais ou das parcerias com países estrangeiros de esquerda.

Valor: *E a reforma tributária?*

Guedes: A reforma virá depois. Já estou conversando com o Rodrigo Maia [presidente da Câmara dos Deputados]. Vai ser uma proposta conciliatória. Ela vai ter três pilares: primeiro são os impostos indiretos (IPI, PIS, ICMS, Cofins), que hoje estão descoordenados. Nossa proposta foi elaborada pelo Adolfo Sachsida e pelo Alexandre Ywata e é chamada de IVA-Dual: pega IPI, PIS, Cofins e transforma num imposto federal. E deixa a porta aberta para os Estados acoplarem. Ela respeita Estados e municípios. O Estado tem o direito de cobrar o imposto que ele quiser. A proposta do Luiz Carlos Hauly [deputado do PSDB-PR] sugere que permaneçam alguns impostos seletivos como o imposto sobre fumo e sobre bebida. Gostamos e vamos ficar com alguns poucos impostos.

Valor: *Qual é o segundo pilar?*

Guedes: Aí vamos para o Imposto de Renda. As deduções [despesas médicas, dependentes, etc.] são regressivas. Só classe média e alta têm. Pensamos em reduzir a alíquota de 27% para 25% e tirar as isenções. Estamos indo um pouco na direção da simplificação, diminuição de alíquotas, essa coisa da "pejotização". Diminuir impostos para as empresas e aumentar a tributação dos dividendos. Nossas empresas hoje pagam 34%, é muito alto, então queremos baixar isso. Brasil já teve uma carga tributária de 18% do PIB e, recentemente, chegou a 36% do PIB. É muito. A gente quer voltar para 30% do PIB. No período de três ou quatro mandatos seria possível reduzir a carga tributária para 25% do PIB.

Valor: *O pacto federativo vai amainar os contenciosos entre a União e os Estados?*

Guedes: Nos últimos dias estava conversando sobre isso com o [Dias] Toffoli, presidente do STF. O que não fizemos o Supremo tem que ficar toda hora dando uma canetada, libera dinheiro aqui, ali. E a bomba sobra para a União. O pacto federativo vai reconfigurar tudo isso. A discussão da Lei Kandir, de desjudicializar os contenciosos entre entes da federação. O TCU deve auxiliar os Tribunais de Contas dos Estados (TCE) a fazerem monitoramento de qualidade nos Estados. Como Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou mesmo Goiás chegaram à situação que chegaram e os TCEs não viram nada?

Valor: *Monitoramento como?*

Guedes: No pacto temos que rever o processo de governança. Estamos propondo a criação de um Conselho Fiscal da República, justamente para fazer esse monitoramento. A gente quer enobrecer a ideia fiscal. No Brasil todo mundo respeita o Banco Central, que conseguiu essa força institucional, mas ninguém respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então queremos botar o presidente do STF dentro desse Conselho, ele tem que saber o que está acontecendo para dar um parecer favorável a uma demanda de um Estado.

Valor: *O Supremo está assumido um vácuo de poder, não é?*

Guedes: Essa é uma prerrogativa do Congresso que está sendo exercida pelo Supremo, é, sim, um vácuo. Eu achava que o pacto federativo em todas as suas dimensões é o trabalho mais nobre da reconstrução da política brasileira. É a regeneração da classe política, no sentido de assumir os orçamentos públicos. E por isso defendo uma reforma política baseada no voto distrital misto. Alguns são eleitos com base em votos temáticos: bancada ruralista, evangélica, mas outros por conta de assuntos regionais, porque trouxeram dinheiro para saúde e para a educação.

Valor: *E o terceiro pilar é a reedição da CPMF?*

Guedes: O terceiro pilar é a desoneração da folha de pagamento. A contribuição sobre a folha é o imposto mais perverso, cruel e com pior efeito cumulativo. Calculamos efeito cumulativo sobre o Imposto de Transações Financeiras. Quando você pega uma cadeia com 10 elos, o efeito cumulativo é 4,5%. E o efeito cumulativo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento é de 14%. Prefiro ter uma base um pouco mais distribuída. Esse imposto, por exemplo, sonegadores pagam, traficantes de droga pagam. Como base tributária é um imposto interessante. Estamos dando a opção para a classe política.

Valor: *Com que alíquota o sr. pretende propor esse novo Imposto sobre Transações Financeiras (ITF)?*

Guedes: Podemos desonerar a folha de 20% para 13%, ao mesmo tempo podemos reduzir até acabar com a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL), se quiserem recorrer a esse outro imposto. Tem uma escadinha na proposta de reforma que é assim: se quiser 0,2% de imposto pode baixar a desoneração da folha para 13%, se quiser pagar 0,4% você já consegue derrubar a CSLL, se quiser pagar 1% você acaba com o IVA.

Valor: *O senhor acha que essa proposta passa no Congresso?*

Guedes: Eu acho que vai passar. Uma boa parte dos varejistas, do comércio, prefere esse imposto. O IVA do Bernard Appy [diretor do Centro de Cidadania Fiscal] tributa excessivamente o comércio. Temos quase 40 milhões de brasileiros sem carteira de trabalho, que não conseguem emprego e começam a vender pastel na praia. Então ao invés de ser um IVA que nem o do Appy, talvez um IVA mais baixo.

Valor: *O presidente Jair Bolsonaro já disse que é contra a criação desse novo tributo. Mesmo assim o sr. vai sugeri-lo?*

Guedes: O presidente me apoiou na reforma da Previdência. Mas ele é um homem muito sincero. A vida toda ele foi contra a reforma da Previdência e um dia ele me disse: "Vou fazer porque é importante para o Brasil, mas não gosto, estou fazendo com uma dor no coração". Se dependesse só dele ele não gostaria de fazer uma reforma da Previdência, ele sabe que é um sacrifício. Mas ele sabe da responsabilidade então ele dá apoio. No caso desse imposto é a mesma coisa: ele não tem entusiasmo, ele não gosta desse imposto sobre transações. Mas preciso desse imposto para desonerar a folha. Se a Câmara e o Senado não quiserem, continua com o imposto onerando a folha. O Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos. Conforme a alíquota, ele pode arrecadar até uns R\$ 150 bilhões por ano.

Valor: *Não vai incentivar contratos de gaveta para fugir dele?*

Guedes: Tem uma cláusula que diz que um negócio, uma compra de imóveis, por exemplo, só tem validade jurídica para quem recolher imposto. Traficante pegou dinheiro em espécie e pôs tudo no caminhão, foi lá e comprou apartamento em Ipanema, pagou em dinheiro, você pode tomar o apartamento dele, porque ele não pagou imposto. Ele é diferente da CPMF porque pega contrabandista, traficante. "Ah! Mas o pequenininho vai sofrer!". Todo mundo

usa o pobre de escudo. No Bolsa Família, se ele pegar todo o dinheiro e comprar alguma coisa vai recolher R\$ 2 reais com o imposto.

Valor: *Está em estudos a proposta de um Imposto de Renda negativo?*

Guedes: Isso é mais adiante. Queremos também, mais para a frente, unificar todos os programas sociais no Bolsa Família. Quem ganha menos que um salário mínimo você dá IR negativo que é para estimular a sair do Bolsa Família. Quem ganha mais de um salário paga imposto.

Valor: *O sr. pretende reapresentar a proposta de capitalização como regime de contribuição à Previdência?*

Guedes: Acho que seria interessante revisitar esse tema [da capitalização] sim. Como o Congresso desidratou o texto da reforma, estão nos desestimulando a seguir nessa direção. Mas vale a pena voltar à capitalização no futuro. Até faço o seguinte comentário: o Senado está avaliando agora a reforma da Previdência. Acho que o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), quando incluiu os Estados e municípios, deu um passo fundamental. É importante que estejam juntos, porque têm profundos desequilíbrios nas Previdências estaduais e municipais. Por outro lado ele está desidratando a proposta da Câmara, o que a torna muito vulnerável.

Valor: *O sr. está então sugerindo que ele abra mão das mudanças que fez?*

Guedes: Se ele colocasse só Estados e municípios teria garantido que o projeto da Câmara não seria desidratado. Do jeito que fez ninguém sabe o resultado final. Pode ser que desidrate mais ainda, e isso será muito ruim para o Brasil. Eu acredito que o plenário do Senado vai reavaliar isso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/09/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Após lama, Brumadinho registra alta de suicídio e prescrição de remédios

Saúde. Suicídios passaram de 1 para 3 e tentativas, de 30 para 39 na comparação do primeiro semestre de 2018 com o mesmo período de 2019; uso de antidepressivos cresceu 60% e de droga contra ansiedade, 80%. Trauma é semelhante ao de guerra, afirma especialista

A lama da barragem da Vale que rompeu em Brumadinho continua afetando moradores do município. Pouco mais de sete meses depois da ruptura da

represa de rejeitos de minério de ferro da empresa, ocorrida em 25 de janeiro, números da Secretaria Municipal da Saúde mostram aumento de suicídios e tentativas no município, principalmente entre mulheres. O quadro reflete a deterioração na saúde mental da população, comprovada por alta expressiva nas prescrições de antidepressivos e ansiolíticos (medicamentos para controlar ansiedade e tensão). No primeiro semestre de 2019 foram registradas 39 tentativas de suicídio na cidade (11 entre homens e 28 entre mulheres), 9 a mais do que no mesmo período do ano passado – uma alta de 23%.

Em relação aos suicídios, o número passou de um, em 2018, para 3 este ano. “São mulheres que perderam filhos e marido. A sensação de perda para elas é maior para ressignificar a vida”, disse o secretário municipal de Saúde de Brumadinho, Junio Araújo Alves. “Essa é uma face do adoecimento mental da população. Estamos trabalhando para evitar um quadro ainda pior.” Os dados da prefeitura mostram que o uso de antidepressivos por pacientes da rede pública de saúde foi, em agosto de 2019, 60% maior que no mesmo período do ano passado. Em relação aos ansiolíticos, o crescimento é ainda mais significativo, de 80%, no período. Os números são ainda mais dramáticos se feito corte por remédio prescrito.

“O uso de risperidona aumentou 143%”, relata o secretário. A droga é utilizada no tratamento de psicoses, agindo contra transtornos relacionados a pensamento, emoções, ansiedade, distúrbios de percepção e desconfiança. Ex-moradora de Córrego do Feijão – a localidade mais afetada pela lama –, Elizângela Gonçalves Maia, de 39 anos, está nos dois registros de alta de medicamentos da prefeitura: após a tragédia, passou a tomar antidepressivo e ansiolítico. Depois da lama, ela continuou morando no bairro, que é afastado do centro, mas, com o sobrevoo constante de helicópteros na região, sua casa foi tomada por rachaduras e interditada pela Defesa Civil. Hoje, mora na cidade em casa alugada pela Vale. “Fui diagnosticada com depressão.

O que sinto é que estou em um lugar que não é o meu”, afirma Elizângela, que perdeu uma prima e amigos na tragédia. A ex-moradora do Córrego do Feijão continua trabalhando no bairro, como gerente de processamento em uma fazenda não atingida pela lama que produz pestos e antepastos. Elizângela passou a apresentar também pressão alta, mas diz não tomar remédio para a doença. A agricultora Soraia Campos, de 42 anos, que participa da comissão de atingidos pelo rompimento da barragem, conta que o marido, um filho e uma filha também passaram a tomar ansiolítico. A agricultora relata que iniciou tratamento com esse tipo de remédio, mas, por conta própria, suspendeu as doses. “Estava ficando prostrada, e não posso parar. Minha briga contra a Vale é grande.”

Como na guerra. O trauma psicológico sofrido por moradores de Brumadinho tem paralelo com o identificado em populações de países acometidos por guerras, destaca o professor Frederico Garcia, do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “As pessoas veem tanto a sua vida como seu futuro ameaçados de forma abrupta.” Nesse cenário, cresce o risco de aumento de casos de suicídio, doenças mentais e uso de drogas e álcool. “É uma situação de sofrimento que pode perdurar por muitos anos. E não se pode minimizar a perda de cada pessoa, seja de parentes, perspectivas, trabalho ou sonhos. Todas as perdas podem ter consequências negativas”, diz.

Somando os registros de todas as especialidades médicas, os atendimentos na rede primária de saúde de Brumadinho aumentaram 63% no primeiro quadrimestre de 2019, ante o mesmo período de 2018, saltando de 33 mil para 54 mil. A situação se repete na Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Antes do rompimento, o número máximo de atendimentos em um plantão de 12 horas registrado pela Secretaria de Saúde foi de 165. Após a lama, o teto de atendimento subiu para 280. As contas da prefeitura projetam alta de R\$ 15 milhões em 2019 com gastos no setor de saúde, chegando no período a R\$ 70 milhões ante R\$ 55 milhões em 2018. Os recursos para cobrir a diferença sairão de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no valor de R\$ 31 milhões, para dois anos, fechado entre a Vale e a força-tarefa do Ministério Público que trabalha no levantamento dos impactos da lama na comunidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Energia

PAINELS.A

Depois de almoçar no Itamaraty, nesta segunda-feira (9), o novo chanceler do Paraguai, Antonio Rivas, que assumiu o posto na esteira do imbróglio de Itaipu, vai à CNI conversar sobre acordo para evitar dupla tributação.

Motores

Também vão falar sobre a conclusão de um acordo automotivo bilateral, entre outros assuntos. O Brasil e o Paraguai estão em fase de homologação da assinatura digital para troca de certificados de origem.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 09/09/2019****Seção: Especial****Autor: Rubens Valente e Fabiano Maisonave****Título: Garimpeiros cobram proteção de Bolsonaro**

Brasília e Manaus- Garimpeiros que operavam ilegalmente dentro da floresta nacional do Crepori, no Pará, distribuíram áudios e vídeos convocando moradores a reagir contra fiscalização do Ibama e questionando o presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ). Os fiscais do Ibama e do ICMBio e agentes da Força Nacional atuaram na semana passada na região e queimaram retroescavadeiras e máquinas usadas para destruir o meio ambiente.

Havia milhares de garimpeiros operando garimpos ilegais na floresta, segundo integrantes da operação.

Amparados na legislação ambiental empregada várias vezes em anos anteriores mas que sofreu ataques recentes de Bolsonaro, os fiscais decidiram queimar os equipamentos porque havia risco de garimpeiros atacarem a fiscalização durante o reboque das máquinas — já houve tentativas de resgate do gênero.

A queima provocou a reação de garimpeiros em grupos de aplicativos de celular e redes sociais.

“Olha, isso é a ordem do nosso presidente Bolsonaro. Queimaram tudo, do trabalhador. Um milhão de reais queimado aí, uma PC [retroescavadeira] na reserva. [Ele disse] que não ia queimar mais nada. [...] ICMBio e Força Nacional, chegaram queimando tudo aí”, disse um garimpeiro enquanto filmava o incêndio.

No vídeo, ele reconheceu que a destruição ocorreu “na reserva”, patrimônio público protegido por legislação. “Cadê você, Bolsonaro, que ia fazer alguma coisa e não era para botar fogo. Por que não levaram preso, para doar para alguma instituição. Essa é a ordem do nosso presidente, que nós votamos nele. Olha aí”, reclamou outro garimpeiro.

Em outro ponto da floresta, um garimpeiro filmou uma retroescavadeira em chamas. “Olha a situação. Estamos aqui dentro da reserva. Uma escavadeira Caterpillar. Eu queria, Bolsonaro, [...] que você visse esse vídeo e explicasse para o Brasil por que está acontecendo isso aí. Você disse que não ia acontecer mais”, disse.

Em áudio distribuído por um aplicativo de telefone celular, os garimpeiros chegaram a cogitar uma reação física contra os fiscais do Ibama e do ICMBio, o que não chegou a ocorrer.

Em um áudio, um garimpeiro exortou seus colegas aprenderem os fiscais dentro da reserva: “Bicho, eu acho que tinha que trancar essa saída dessas camionetes aí. E chamar a população e não deixar esses ‘fdp’ sair daí de dentro. Rapaz, isso aí não tem ordem do governo para fazer isso aí, não. [...] O governo é a favor da garimpagem, pô. Isso está fora da lei. Tem que prender esses vagabundos aí. A população da Moraes [de Almeida, vila de Itaituba], os garimpeiros da Moraes, tem quantos mil garimpeiros na Moraes? Um prejuízo desse aí, junta todo mundo e tranca eles aí.”

No final da semana, os garimpeiros começaram a organizar um bloqueio da rodovia BR-163 perto de Itaituba que, segundo eles, deve começar às 6h desta segunda-feira (9). Um líder garimpeiro identificado como Ricardo disse que o protesto terá o apoio de também de madeireiros e empresários de diversas cidades da região, como Novo Progresso.

“Então vamos reunir todo mundo na [rodovia] BR, quem puder estar lá com certeza vai estar ajudando. [...] Vamos fechar a BR no [local conhecido como] Rodeio. Vamos colocar uma escavadeira lá na frente. Vamos pedir para acabar com essa queimação, vamos pedir para regularizar os garimpos”, diz o líder garimpeiro.

Neste domingo (8), os garimpeiros começaram a espalhar um aviso sobre o protesto na rodovia. “Reivindicamos legalização dos garimpos e principalmente para o Ibama/ICMBio parar com a destruição dos equipamentos com fogo”, diz o folheto virtual. A legalização de “mais de 800” garimpos na Amazônia foi aventada pelo próprio ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) em entrevista à Folha no mês passado.

A reportagem apurou que a fiscalização do Ibama, do ICM-Bio e da Força Nacional ocorreu na última semana em três locais protegidos: terra indígena Kaiaby, em Mato Grosso, e as florestais nacionais Crepori e Iamanxim, no Pará.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Atenção: faltam só 71 dias

A conta é do consultor Adriano Pires. Caso no dia 20 de novembro o STF declare a constitucionalidade da Lei 12.734/2012, a tal que prevê novas regras de

distribuição dos royalties do petróleo, o Estado do Rio terá que devolver a quantia de R\$ 22 bilhões e deixar de arrecadar R\$25 bilhões no período de 2019 a 2023.

MME / ASCOM .